

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CENTRO DE HUMANIDADES

PROJETO DE PESQUISA

ESPAÇO PÚBLICO, INTERESSES PRIVADOS

Como fica a Questão Ambiental em Campina Grande?

Deolinda de Sousa Ramalho
Coordenadora.

Campina grande - PB
1996

ÍNDICE

Apresentação.....	01
Problemática.....	02
Objetivos da Pesquisa.....	06
Metodologia Básica.....	07
Cronograma de Atividade.....	08
Plano de Trabalho.....	09
Bibliografia.....	10

ESPAÇO PÚBLICO, INTERESSES PRIVADOS: *Como fica a Questão Ambiental em Campina Grande?*

Deolinda de Sousa Ramalho

APRESENTAÇÃO:

Em um país essencialmente urbano, como é hoje o caso do Brasil, a questão ambiental nas cidades assume uma importância cada vez maior. A situação ambiental das grandes, médias e até mesmo pequenas cidades é grave e tende a piorar.

A deterioração ambiental resulta da precariedade dos serviços e da omissão do Poder Público na proteção e preservação das condições de vida da população, associada ao impacto da crise econômica que persiste desde a década de 80.

É principalmente, função do Estado criar e desenvolver estratégias para quando não evitar, pelo menos minimizar a deterioração ambiental. A inércia dos programas governamentais associada a falta de vontade política e recursos, têm feito com que essas soluções em geral não venham sendo tomadas.

Face ao contexto histórico vivido, acredita-se ser indispensável atentar-se para uma análise acurada do espaço público para que se possa entender melhor as sutilezas desse processo, a isto se propõe a presente pesquisa.

PROBLEMÁTICA: A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM CAMPINA GRANDE

Apesar do destaque dado a questão ambiental no Brasil, ao longo dos anos, os efeitos adversos da degradação do meio ambiente embora crescentes, vêm sendo colocados num plano secundário. O papel do Estado neste sentido, tem sido vago, complexo e muitas vezes contraditório, resultando numa rápida acumulação de vulnerabilidade, principalmente por parte da população pobre, podendo-se portanto afirmar que as calamidades estão em alta no Brasil.

O fato da América Latina ser hoje uma das mais urbanizadas áreas do mundo, com 70% de sua população vivendo nas cidades e com uma expectativa de aumento desta proporção, já que as projeções revelam que cerca de 76,6% da população latino-americana estará vivendo nas cidades do ano 2000 e 84% em 2025, justifica a prioridade que deve ser dada ao urbano no enfrentamento da questão ambiental, não podendo portanto, ser um dado desconhecido e não considerando pelas políticas públicas. A importância da cidade no conjunto desta evolução mostra que o urbanismo não é um problema para especialistas, mas como diz Laboritt (1971) é o problema da própria vida humana que está em jogo.

No Brasil, este aspecto se torna ainda mais importante, uma vez que o grau de urbanização da população

brasileira, acompanhado pelo crescimento da pobreza já ultrapassou a casa dos 75%. As projeções populacionais apontam que até o ano 2000, a população brasileira vivendo nas áreas urbanas deverá ser de 136 milhões, o que representará 80% do total populacional (Taschner, 1992). No Nordeste, o grau de urbanização em 1991 já era de 60,60%; para o estado da Paraíba, esta mesma figura era de 63,63%. Pela primeira vez, a taxa de crescimento da população rural nordestina foi negativa, com perda de mais de 550 mil pessoas.

Campina Grande, com uma população que já ultrapassa os 300 mil habitantes, dos quais mais de 100 mil são favelados, registrou em 1991, para o município, um grau de urbanização de 94,2% (SEPLAN, IDEME, 1993), o que tem levado de forma acentuada a um processo crescente de periferização desta cidade. Um exemplo dramático de urbanização predatória que, sem planejamento adequado e com sérios problemas de infra-estrutura, vem gerando graves problemas ambientais, aumentando a parcela da população exposta a uma série de ameaças.

As políticas públicas não têm contribuído para atenuar as calamidades na cidade, a exemplo da questão da moradia, local de reprodução do cotidiano familiar que sem a ação do Estado com habitações construídas a revelia em áreas marginais, estão formando locais que são verdadeiros ambientes de degeneração humana.

Aqui - Campina Grande - os problemas ambientais são variados, complexos e muitas vezes alarmantes, decorrentes

entre outras coisas de construções precárias de moradias em locais inadequados, inexistência de redes de esgotos, córregos poluídos pelo despejo de lixo e esgoto residenciais, acúmulo e uso indevido do lixo em áreas públicas, desrespeitando o coletivo local, para se ficar em algumas de suas principais manifestações.

Com todos esses problemas o que se tem verificado é o fenômeno da degradação ambiental e vulnerabilidade social, principalmente mas não só nas áreas periféricas da cidade, resultado de um modelo de desenvolvimento social e urbano que “segue padrões de crescimento econômico não sustentáveis a longo prazo” (Diegues, 1992: 26), afetando a relação homem-natureza, reduzindo a capacidade da população para lidar com as ameaças, aumentando assim sua vulnerabilidade. Com a continuidade deste modelo de desenvolvimento, a tendência é no sentido de aprofundar ainda mais as crises, tornando provável a persistência e mesmo o agravamento dos desastres urbanos.

A reversão deste processo implica numa profunda modificação das relações entre homem e natureza e requer igualmente uma intensa reformulação das relações entre o Estado e a sociedade. Essas relações entretanto como colocados por Soares (1992) têm sido até aqui fortemente marcadas pela exclusão e pela desigualdade social, o que tem resultado num exercício apenas parcial da cidadania.

Para Habermas (1994: 1, 14) “a formação do Espaço Público Autônomo somente poderia cristalizar-se em associações livres na medida em que a tendência, hoje visível, a um

desacoplamento da cultura. e das estruturas de classe conseguisse se impor” portanto para Habermas “os discursos públicos encontram ressonância apenas na medida de sua difusão, logo, somente sob as condições de uma participação ampla e ativa e ao mesmo tempo disseminadora (Zerstehend)”. Essa, por vez requer o plano de fundo de uma cultura de uma política igualitária, despojada de qualquer privilégio de educação e tornada intelectual em toda a sua extensão, essa é sem dúvida uma das contribuições mais importantes que o movimento ecológico tem dado a sociedade.

OBJETIVO DA PESQUISA:

OBJETIVO GERAL

Objeto da pesquisa são as políticas públicas voltadas para a questão ambiental em Campina Grande, seu desenvolvimento recente, mudanças e contradições.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Conhecer e avaliar as políticas de controle e proteção ambiental a nível municipal e estadual existentes em Campina Grande.
- Identificar e classificar os principais obstáculos de caráter administrativo no que se refere ao exercício de uma gestão ambiental em Campina Grande.
- Analisar a lógica, estratégia e comportamento dos distintos atores sociais envolvidos com a questão ambiental em Campina Grande.
- Conhecer as expectativas e avaliação dos moradores sobre as políticas públicas ambientais e o impacto dos problemas decorrentes no seu cotidiano.

METODOLOGIA BÁSICA:

A investigação se realizará em três etapas e se utilizará de vários métodos que permitam responder ao objetivo principal da pesquisa.

1ª ETAPA

Constará de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde posteriormente se fará a sistematização da informação que será analisada e avaliada considerando as necessidades, mudanças e contradições encontradas.

2ª ETAPA

Constará da realização de entrevistas abertas com representantes, autoridades institucionais e com líderes comunitários sobre as representações e percepções em torno da problemática ambiental e sua passível atenuação.

3ª ETAPA

Constará da apresentação e discussão dos primeiros resultados a pessoas chave conhecedoras da situação ambiental e responsáveis governamentais por esta área. A partir daí se elaborará o relatório final onde se tentará propor um conjunto de ações para enfrentar a degradação ambiental em Campina Grande.

BIBLIOGRAFIA:

^{11/2}
DIEGNER, Antônio Carlos, (1992). Desenvolvimento Sustentável na Sociedade Sustentáveis: da Crítica dos Modelos aos novos Paradigmas. São Paulo em perspectiva. Vol.. 6 nº 1 e 2.

HABERMAS, Jurgen (1994). Soberania Popular como Procedimento: Um Conceito Normativo de Espaço público. Revista Cidadania nº 6. Dezembro/94 (ASUSF - Associação Docente da Universidade Federal Fluminense).

LABORIT, Henri (1971). O Homem e a Cidade. Portugal publicações Europa-America, LTDA.

SEPLAN-IDEME (1993). Indicadores Demográficos. Características do Crescimento Populacional nas Regiões Geo-Administrativas do Estado da Paraíba. 1970-1991. Caderno nº 12.

SOARES, Luíz Henrique (1992) Gestão Ambiental: Questão Social, Questão de Estado. In. São Paulo em perspectivas, Vol. 6 nº 1 e 2.